

Por uma (des)educação patrimonial em Urussanga: o projeto “Conhecer para Pertencer”

Natalia Corrêa

Graduanda do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Profa. Dra. Daniela Pistorello

Professora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo: No ano de 2022, o município de Urussanga lançou o projeto “Conhecer para Pertencer”, por meio da Lei nº 3.044, de 27 de junho, o qual promove a chamada “educação patrimonial” para os alunos da rede municipal de ensino, com o objetivo de incentivar a conscientização do patrimônio histórico-cultural da cidade. O objetivo deste trabalho é problematizar essa lei, a fim de compreender a construção de uma identidade étnica para a cidade por meio do patrimônio cultural. Nas discussões teóricas sobre identidade, utilizamos as contribuições de Stuart Hall, Kathryn Woodward e Zygmunt Bauman. Ainda, nos apoiamos em Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jan e Aleida Assman para abordar as reflexões sobre memória, e, por fim, para um melhor entendimento do conceito de educação patrimonial, usamos Átila Tolentino e Janice Gonçalves. A metodologia utilizada compreende a leitura do projeto “Conhecer para Pertencer” e sua problematização à luz das referências teóricas adotadas. De forma geral, percebemos a importância de um projeto como esse no campo do patrimônio em uma cidade como Urussanga. Fica evidente que a ideia de patrimônio é sempre algo que está no passado, aparecendo de forma idealizada, e que, ao selecionar as memórias dos imigrantes e seu patrimônio, alguns passados foram apagados. Há muita dificuldade em perceber o patrimônio cultural na Urussanga contemporânea, que, ao contrário do que reforça o projeto, é diversa.

Palavras-chave: Política de patrimonialização; Urussanga/SC; Educação Patrimonial; Identidade étnica.

1. Introdução

Ao caminhar pelo centro do município de Urussanga, é fácil perceber os casarões e monumentos que sugerem uma colonização italiana na região. A cidade, localizada no sul de Santa Catarina, desde as últimas décadas do século XX e início do século XXI, tem ganhado destaque com a afirmação de uma suposta identidade italiana, materializada por meio de festas étnicas, como a Festa do Vinho¹ e *Ritorno Alle Origini*², ou por acordos políticos, a

¹ A Festa do Vinho é um evento que acontece desde 1984 e promove a italianidade por meio da gastronomia, mas, principalmente pelos vinhos produzidos em Urussanga (Tomasi, 2012).

² O *Ritorno Alle Origini* é uma festa que acontece desde 1991 e promove a gastronomia e cultura italiana. A comemoração tem em sua essência o retorno e enaltecimento da história dos imigrantes, sua cultura e tradições (Nowauski, 2015).

exemplo do *Gemellaggio*³ (Tomasi, 2012).

Em Urussanga, alguns dos monumentos históricos ressaltam a etnia dos imigrantes italianos. Entre esses monumentos, podemos citar a Praça Longarone – fundada em 1992 e localizada no centro da cidade, ao lado do Fórum da Comarca, representa o *Gemellaggio* –, o Monumento ao Centenário de Urussanga – datado de 1978 e localizado na Praça da Bandeira, em frente à Prefeitura Municipal, homenageia os imigrantes italianos – e, por fim, o Monumento ao Imigrante – o chafariz, construído em 1966 e localizado na Praça Anita Garibaldi, representa a união da Itália com o Brasil e elenca, também, as famílias fundadoras de Urussanga. Há que se destacar que esses monumentos estão localizados em espaços públicos centrais da cidade, e se configuram em espaços de poder.

Acrescentado a isso, no dia 27 de junho de 2022, entrou em vigor a Lei nº 3.044, com o propósito de comemorar o trigésimo aniversário do *Gemellaggio*. Como resultado, foi estabelecido o projeto “Conhecer para Pertencer”, cujo objetivo principal é incentivar a conscientização do patrimônio histórico-cultural de Urussanga fazendo uso da promoção da Educação Patrimonial entre os estudantes da rede municipal de ensino (Urussanga, 2022).

O projeto teve tanta repercussão na cidade, que foi acolhido e divulgado na Rádio Marconi, principal rádio do município. Rosana Alves de Costa, professora da rede municipal de ensino e segunda secretária da comissão organizadora das celebrações à época, em entrevista à rádio no dia 18 de maio de 2022, afirmou que é a partir desse projeto que a identidade patrimonial de Urussanga poderá ser preservada, “[...] valorizando a sua herança histórico cultural, provocando diversas situações de aprendizagem sobre o que significa o *Gemellaggio* para o nosso município” (Rádio Marconi, 2022a).

Assim, desde 2022, o projeto é realizado nas escolas do município, incluindo as unidades estaduais, particular e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), com o objetivo de valorizar a cultura italiana e fomentar experiências de aprendizagem interdisciplinares que reconheçam a herança histórico-cultural de Urussanga. Janea Possamai, secretária de educação do município naquele momento, em entrevista a mesma rádio, no dia 17 de abril de 2023, disse: “Com isso, os estudantes podem ampliar a percepção ítalo-cultural e preservar a memória e a história do nosso município. Quando a população conhece a cultura local, se torna mais fácil se sentir realmente pertencente à ela” (Rádio Marconi, 2023b).

Portanto, é necessária a problematização da lei e o estudo das diferentes formas de

³ *Gemellaggio* é um tratado entre cidades irmãs, italianas e brasileiras. Urussanga, junto à cidade italiana Longarone, propicia para os descendentes dos imigrantes, oportunidades de emprego na Europa, e também, o reconhecimento de uma fraternidade, constituindo um imaginário coletivo sobre os costumes e hábitos que os primeiros imigrantes possuíam quando chegaram à região (Tomasi, 2012).

acessar o patrimônio pela chamada “educação patrimonial” proposta pelo projeto, para que a ideia de diversidade cultural seja contemplada. Desse modo, provocando leituras múltiplas e diversas sobre a construção social, de forma a desvincular a visão eurocêntrica do colono italiano como pioneiro, e colocar em pauta outros povos que são esquecidos e apagados da história.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a Lei nº 3.044 de 27 de junho de 2022, a qual cria o projeto “Conhecer para Pertencer” nas escolas da rede municipal de Urussanga, a fim de compreender a construção de uma identidade étnica para a cidade por meio de um projeto como esse. A partir disso, então, buscamos identificar no que consistem o projeto e a lei e quais as circunstâncias para sua aprovação, bem como compreender o papel do patrimônio cultural na construção de uma identidade étnica para Urussanga, quais os impactos desse projeto na sociedade, e, por fim, debater diferentes possibilidades de abordagem do tema por meio de ações educativas no campo do patrimônio.

Em relação aos referenciais teóricos, adotamos o conceito de Stuart Hall, Kathryn Woodward e Zygmunt Bauman sobre identidade, que leva em conta a ideia de diferença; ao tratar sobre memória, foram utilizadas as contribuições de Maurice Halbwachs no que tange à memória coletiva, Michael Pollak e o enquadramento da memória e Jan e Aleida Assman para a perspectiva de uma memória cultural; e, por fim, foi empregado o conceito de educação patrimonial de Átila Tolentino e Janice Gonçalves, os quais levam em conta a construção das relações entre a sociedade e seu patrimônio.

A metodologia utilizada compreende a leitura do projeto “Conhecer para Pertencer” e sua problematização à luz das referências teóricas adotadas. Nesse sentido, é importante compreender como a lei foi concebida, por quem, quais foram suas condições de aprovação e implementação e quais impactos ela causou nas escolas e na sociedade por meio dos produtos apresentados pelas unidades de ensino e sua divulgação na rádio local.

A escolha dessa temática surgiu a partir dos debates realizados nas disciplinas de História de Santa Catarina e de Estágio, em espaços não-formais de educação, durante as quais pudemos perceber as tensões em relação aos grupos étnicos no estado catarinense e a disputa por narrativas no campo do patrimônio. Além disso, no decorrer do processo de escolha do tema, foi aprovada a Lei nº 3.044/2022, o que contribuiu para justificar a pesquisa.

Logo, a fim de atender aos objetivos propostos, o artigo se estrutura em quatro partes além da introdução: a primeira apresenta a lei, o projeto e quais suas circunstâncias de aprovação; a segunda parte apresenta a construção da identidade étnica de Urussanga por meio do seu patrimônio cultural; a terceira problematiza o tema por meio da chamada

educação patrimonial e busca analisar quais os impactos desse projeto na sociedade; e a última, se trata das considerações finais.

2. O projeto “Conhecer para Pertencer”

A Lei nº 3.044/2022 estabelece o projeto “Conhecer para Pertencer” nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino⁴. O primeiro artigo estabelece o objetivo do projeto que é “[...] a valorização do patrimônio histórico-cultural do Município de Urussanga [...]” (URUSSANGA, 2022).

Segundo essa lei, os projetos desenvolvidos no âmbito das escolas devem abranger os seguintes temas:

- I - fundação do Município;
- II - imigração;
- III - patrimônio histórico;
- IV - língua italiana;
- V - símbolos;
- VI - Pacto do Gemellaggio entre Urussanga (BR) - Longarone (IT);
- VII - Festa do Vinho;
- VIII - Ritorno Alle Origini;
- IX - Vindima Goethe;
- X - Indicação Geográfica (IP) Vales da Uva GOETHE (URUSSANGA, 2022).

A lei também estabelece que a Secretaria Municipal de Ensino pode adicionar outros temas que considera pertinente, desde que garanta “[...] o fortalecimento dos laços culturais para garantir a perenidade e a conservação da nossa cultura.” (Urussanga, 2022).

É definido pelo Artigo 2º da lei que o projeto deve ser realizado, preferencialmente em maio, mês de aniversário de Urussanga⁵, tendo como objetivo “[...] promover situações de aprendizagem multidisciplinares que valorizem a identidade histórico cultural do Município ampliando a percepção de memória e cultura, salvaguardando a preservação.” (Urussanga, 2022).

No Artigo 3º, é definido que o projeto será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, com tema relacionado à valorização histórico-cultural. Ainda no primeiro ano de vigor da lei, o ano de 2022, os trabalhos realizados nas escolas deveriam contemplar o 30º aniversário do *Gemellaggio*.

O Artigo 4º tem o objetivo de

⁴ O município de Urussanga atende as unidades escolares desde o Ensino Infantil até o Ensino Fundamental anos finais.

⁵ A cidade de Urussanga foi fundada no dia 26 de maio de 1878, com a chegada de imigrantes do norte da Itália, os quais desejavam fugir da crise econômica instalada naquele país (Tomasi, 2012).

Incentivar, no município de Urussanga, o turismo pedagógico voltado aos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino com a finalidade de promover atividades extraclasse e no intuito de que os mesmos tenham acesso ao acervo cultural, artístico e turístico da cidade (Urussanga, 2022).

Os Artigos 5º e 6º sugerem que cada escola deve prever, no seu calendário anual, pelo menos uma “visita pedagógica” que contemple roteiros elaborados em parceria com órgãos competentes da área da educação, cultura e turismo, sendo essas instituições públicas ou privadas (Urussanga, 2022).

O Artigo 7º expressa que o projeto deve ser apresentado aos diretores das instituições municipais de ensino e ao Conselho Municipal de Educação. No Artigo 8º, afirma-se que a responsabilidade de criar mecanismos para que a diretriz seja também executada nas escolas da rede estadual e particular de Urussanga é da Secretaria Municipal de Educação.

Por fim, a norma estabelece, em seu último artigo, que as Leis nº 1.279/1991 e 2.996/2021 ficam revogadas. A primeira instituiu a Semana da Língua Italiana e dizia: “Art. 1º Ficam definidos como “A SEMANA DA LÍNGUA ITALIANA” os 7 (sete) dias que, anualmente, antecedem o dia 26 de maio, como homenagem a etnia que, mais predominantemente, colonizou este Município.” (Urussanga, 1991). Já a segunda, implementava o Turismo Cultural Histórico nas escolas da Rede Pública do município, de modo a estimular um turismo pedagógico nos mesmos moldes descritos no Artigo 4º da Lei nº 3.044/2022.

A primeira vez que o projeto foi citado em ata da Câmara de Vereadores de Urussanga ocorreu na 16ª Sessão Ordinária, no dia 24 de maio de 2022, nos Expedientes e Proposições recebidos do Poder Executivo, ainda como projeto de lei de autoria da prefeitura de Urussanga (Câmara Municipal de Urussanga/SC, 2022a). Após, voltou a ser citado na 18ª Sessão Ordinária, em 7 de junho de 2022, quando foi votado e, assim, aprovado por unanimidade pelos vereadores Elson Roberto Ramos (MDB), Luan Francisco Varnier (MDB), Ademir Bonomi (MDB), Rozemar Sebastião (PDT), Daniel Rejes Pereira Moraes (PSD), Fabiano Murialdo de Bona (PSDB) e Thiago Mutini (PP) (Câmara Municipal de Urussanga/SC, 2022b). Em consulta às atas das reuniões do legislativo e em acesso aos vídeos referentes à apresentação e votação do projeto⁶, percebemos que, nas duas vezes que o projeto

⁶ Os vídeos das reuniões estão disponíveis online. Para consultá-los na íntegra, ver: 16ª Sessão Ordinária disponível em: https://www.camaraurussanga.sc.gov.br/tvcamara/videos/TV-Camara/60/4219/sessao_ordinaria. Acesso em 10 set. 2023; 18ª Sessão Ordinária disponível em: https://www.camaraurussanga.sc.gov.br/tvcamara/videos/TV-Camara/60/4238/sessao_ordinaria. Acesso em: 10

foi citado, não houve nenhuma descrição pormenorizada, tampouco algum debate acerca do seu teor.

No ano de seu lançamento, então, o projeto foi promovido no mês de maio, pela Rádio Marconi, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, propondo apresentar aos estudantes a história do *Gemellaggio*. Suas atividades contemplaram os alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com as escolas das redes estadual e privada de ensino convidadas a participar. Segundo Janea Possamai, os temas que poderiam ser trabalhados no projeto incluíam os pontos turísticos, a cultura, a culinária, a indicação geográfica dos vales da uva Goethe e as vinícolas. Já as atividades propostas incluíam a contação de histórias e músicas italianas infantis, poesia, cartas trocadas com as escolas de Longarone por meio de intercâmbio, palestras voltadas à plantação de uva, jogos, brincadeiras, chegada dos imigrantes, cuidados com a família e como esra era constituída (Rádio Marconi, 2023b).

Uma das atividades oriundas do projeto foi a produção e apresentação de *podcasts* construídos por alunos de 7º e 8º anos das escolas da Rede Municipal de Ensino. Na rádio, os *podcasts*, apresentados pelos estudantes das escolas Lydio de Brida e Vereador Rosalino de Nez, aludiam ao *Gemellaggio*, às vinícolas da região, à gastronomia, enfatizando a polenta, à herança religiosa deixada pelos imigrantes, às brincadeiras realizadas tempos atrás, e também, à história da Biblioteca Municipal e ao patrimônio histórico da cidade.

Os *podcasts* começaram a ser apresentados no ano de 2022, mais especificamente no dia 23 de maio, e seguiram até o dia 01 de junho. Na abertura dos programas, a chamada dizia: “*Gemellaggio* 30 anos: da sala de aula para o rádio, para ressaltar os valores culturais e pontos turísticos da cidade”. Naquele ano, foram apresentados sete programas elaborados por sete diferentes grupos das escolas municipais Lydio de Brida, com alunos do 7º ano, e Rosalino de Nez, com alunos do 8º ano. O primeiro grupo, da escola Rosalino de Nez, apresentou a história do *Gemellaggio* juntamente com o convidado Henri Goulart, o qual, na época, era atendente e condutor local de turismo em Urussanga. Nesse programa, os estudantes abordaram, também, os pontos turísticos e históricos da cidade e ainda compararam Urussanga e Longarone, por se assemelharem com relação ao clima, relevo e hospitalidade (Rádio Marconi, 2022b).

O segundo grupo, da escola Lydio de Brida, falou sobre a história da fundação do parque municipal Ado Cassetari, abordando sua localização, sua arquitetura, características e elementos. Além disso, discorrer sobre o museu localizado no espaço e os eventos e atividades voltados, principalmente, para a comunidade ítalo-brasileira (Rádio Marconi,

set. 2023).

O terceiro grupo, formado por alunos da escola Rosalino de Nez, falou, também, sobre o *Gemellaggio* e apresentou sobre a produção de vinho e a plantação de uva Goethe, bem como a história das vinícolas de Urussanga. Ainda, fez um sorteio de uma garrafa de vinho para o primeiro ouvinte que ligasse para a rádio. Ao final, agradeceu à rádio e a todos que auxiliaram na construção do programa, especificamente à professora de Língua Portuguesa, que orientou o projeto (Rádio Marconi, 2022d).

O quarto grupo, formado por estudantes da escola Lydio de Brida, falou sobre a réplica da escultura La Pietà, localizada na Igreja Matriz de Urussanga, entrevistando o consultor de turismo e pesquisador cultural à época, Wilian Marques. Na entrevista, os alunos perguntaram à Wilian sobre a representação da escultura, como esta foi parar em Urussanga, sobre as várias lendas de seu traslado, o local em que está instalada, as características da peça e a disputa por sua posse com a cidade de Tubarão. Os alunos falaram, também, sobre a La Pietà original, localizada no Vaticano, abordando sobre o restauro desta quando foi danificada por um turista e a possibilidade de restauração tanto da réplica quanto da original (Rádio Marconi, 2022e).

O quinto grupo, formado por alunos da escola Lydio de Brida, falou sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, a qual, segundo eles, é um dos patrimônios e ponto turístico mais belo da cidade. Eles apontaram a localização da igreja e contaram sua história, focando na devoção à Nossa Senhora da Conceição dos imigrantes italianos. Ainda, abordaram a construção da igreja, suas características, e trouxeram algumas curiosidades sobre ela (Rádio Marconi, 2022f).

O sexto grupo, também formado por educandos da última escola supracitada, abordou os patrimônios históricos de Urussanga, mais especificamente a história da Biblioteca Municipal, local onde foi a primeira prefeitura do município. É mencionado, nesse *podcast*, que os alunos estudaram os patrimônios com a professora de Língua Portuguesa. Uma das estudantes destacou:

Aprendemos também que para as edificações aqui de Urussanga serem consideradas patrimônios históricos, não bastam apenas serem antigas, elas têm que possuir significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade. Estes patrimônios foram construídos ou produzidos pelas sociedades passadas, por isso representam uma importante fonte de pesquisa e preservação cultural. (Rádio Marconi, 2022g).

Outro aluno disse:

A proteção estadual no município de Urussanga preserva o legado construído pelos imigrantes ítalo-brasileiros, nas dimensões urbanas e rural. Embora tenha se iniciado como um núcleo da colônia Azambuja, Urussanga tornou-se o centro mais expressivo da cultura italiana no estado, possuindo o maior número de patrimônios no centro da cidade. Olha que interessante! (Rádio Marconi, 2022g).

O grupo, ainda, fez alusão à figura do primeiro prefeito de Urussanga, Jacinto de Brida. A representação que os estudantes fizeram dele diz respeito a eventos selecionados que o apresentam de forma heroica. Segundo eles, Jacinto realizou construções que marcaram a história do município e “Honrou seu mandato e fez jus à confiança do povo. Abriu mão da sua própria remuneração, e aplicou junto com arrecadações, e em menos de um ano deixou funcionando dez escolas municipais, melhorou estradas e construiu a prefeitura.” (Rádio Marconi, 2022g). Os estudantes afirmaram que o prefeito também concedeu um decreto, em 1900, para aprovar grandes festas do macarrão e da polenta. Ainda um dos argumentos que os alunos utilizaram para afirmar que as edificações da cidade podem ser consideradas patrimônios remete ao fato de que algumas delas (como a antiga sede da prefeitura, atual biblioteca municipal) apresentam características que eles consideram helênicas.

Figura 1 - Fotografia do edifício da Biblioteca Pública Municipal.



Fonte: Portal de Turismo Urussanga. Disponível em: <https://turismo.urussanga.sc.gov.br/post-13248/>. Acesso em: 05 out. 2023.

Enfim, o sétimo e último grupo, formado por educandos da escola Lydio de Brida, também traz o patrimônio histórico como tema, na mesma perspectiva do grupo anterior. Nesse programa, os alunos apresentaram a casa da família Bez Fontana, falando sobre sua localização, história da construção e da família, suas características e enfatizando que os detalhes da casa a fazem uma grande obra de arte em todo seu conjunto (Rádio Marconi, 2022h).

Já no ano de 2023, os *podcasts* começaram no dia 18 de maio e seguiram até o dia 25 do mesmo mês. Nesse ano, a chamada de abertura dos programas dizia: “Da sala de aula para o rádio: para destacar os 145 anos de imigração italiana em Urussanga”. Ao total foram seis programas apresentados e elaborados por alunos do 8º ano das escolas Lydio de Brida e Rosalino de Nez.

O primeiro grupo, formado por alunos da escola Lydio de Brida falou sobre a história de duas vinícolas da cidade, Trevisol e Casa del Nonno, e, ainda, fez o sorteio de garrafas de vinho para os ouvintes que ligassem e respondessem perguntas sobre o que foi abordado no programa (Rádio Marconi, 2023c).

O segundo grupo, formado por estudantes da escola Rosalino de Nez, falou sobre a herança religiosa deixada pelos imigrantes italianos, “resgatando” o início da colonização no município e abordando as razões que fizeram com que os italianos saíssem do seu “país”⁷, suas dificuldades na chegada e estabilização, a construção de capelas e, por fim, os padres que passaram por ali, em especial, o italiano Luigi Marzano⁸ (Rádio Marconi, 2023d).

O terceiro grupo, também formado por alunos da escola Lydio de Brida, falou sobre as brincadeiras de 150, 100, 50 anos atrás e da atualidade, apresentando suas mudanças ao longo do tempo. Os educandos falaram que os imigrantes italianos não trouxeram nenhum brinquedo, então, quando chegaram à região, construíram-no ou compraram-no. Além disso, o grupo trouxe a informação, como uma curiosidade, que as primeiras brincadeiras vieram dos indígenas que habitavam Urussanga antes da chegada dos italianos, fazendo referência ao período de tempo, denominado pelos alunos como “antes de nós”. Tais brincadeiras consistiam em tomar banho no rio, subir em árvores e outras tantas que não são citadas por eles (Rádio Marconi, 2023e).

O quarto grupo, igualmente formado por alunos da escola Lydio de Brida, falou sobre a Biblioteca Municipal, a qual, segundo eles, foi fundada em 1946 pela população da cidade, que também doou o acervo inicial. Segundo os mesmos, antes da bibliotecária atual, quem cuidava do espaço, eram professoras da rede municipal de ensino. Os estudantes explicaram que, em 1975, a biblioteca foi municipalizada pela Lei Municipal nº 510, a qual rege a biblioteca até os dias atuais. Ainda falaram sobre os diferentes locais em que esteve instalada e os eventos promovidos por ela. Em seguida, o grupo comentou que o espaço foi a primeira prefeitura. Ao final, agradeceram ao pesquisador Wilian Marques e à bibliotecária Alice, pela ajuda no trabalho, e “[...] o próprio município de Urussanga que criou o projeto “Conhecer para Pertencer”, no qual cresce não apenas de tamanho, mas de importância ano após ano.” (Rádio Marconi, 2023f).

O quinto grupo, formado por discentes da escola Rosalino de Nez, falou sobre a herança culinária deixada pelos imigrantes, mais especificamente da polenta. De acordo com eles, “A receita da polenta foi trazida pelos imigrantes italianos. Na Itália já consumia a polenta no café, almoço e jantar, substituindo o pão no café da manhã, já que no país havia uma escassez de trigo.” (Rádio Marconi, 2023g). Os alunos explicaram que os primeiros

⁷ Muito embora a Itália estivesse passando por um processo de unificação, os alunos se referem à localidade de origem como país.

⁸ Luigi Marzano foi um vigário que se estabeleceu em Urussanga em dezembro de 1899, vinte anos depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos na região. O padre deixou vários escritos sobre como viviam os imigrantes naquela colônia, que deram origem ao livro “Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil”, escrito no início do século XX (Tomasí, 2012).

imigrantes recebiam seu pagamento em vales e, entre os produtos, estava a farinha de milho, a qual era muito cara e seu local para retirada era muito distante, em Azambuja. Outrossim, o grupo mencionou a construção do primeiro moinho, localizado em Rancho dos Bugres e, então, “[...] aos poucos, em cada rio ou lugarejo, era construído um moinho, de modo que o perigo de ficar sem polenta, havia desaparecido.” (Rádio Marconi, 2023g).

O mesmo grupo, ainda entrevistou um representante do grupo *Amici della Polenta*, o qual tem como objetivo resgatar, difundir e preservar – o que, segundo o entrevistado, é o mais importante – as tradições italianas. O grupo *Amici della Polenta* conta com trinta participantes que são chamados para participar de eventos de cultura italiana na região e em outros estados e de eventos para arrecadar fundos para o restauro de igrejas. Além disso, o convidado falou sobre a *Sagra della Polenta*, um evento anual que conta com a apresentação de cantores ou instrumentistas que retratam a cultura italiana, e comentou que pretendem começar a encenar peças teatrais, com o auxílio de professoras e crianças. Ao final do programa, foi feito um sorteio de cinco quilos de farinha de milho para um ouvinte da rádio que ligasse (Rádio Marconi, 2023g).

Por fim, o sexto e último grupo, formado por estudantes da escola Lydio de Brida, falou sobre as vinícolas e a história do vinho em Urussanga, focando nas vinícolas Mazon e De Nonni e na uva Goethe. Os discentes explicaram que a Itália exerceu influência no cultivo da uva Goethe, a qual chegou em Santa Catarina com os imigrantes, e falaram sobre a videira e a uva. Ao final, fizeram um sorteio de vinhos das vinícolas mencionadas (Rádio Marconi, 2023h).

Em entrevista à Rádio Marconi, no dia 17 de abril de 2023, Janea Possamai explicou que o projeto surgiu no ano de 2022, quando sentiu-se a necessidade de envolver a educação na história do município, já que muitos alunos não a conheciam. O argumento por ela utilizado diz respeito ao fato de que, na cidade, muitos educandos são oriundos de outras localidades. Conforme Janea, era necessário um projeto para fazer com que esses estudantes alunos se sentissem pertencentes à cultura local.

Quando tu conhece a cultura do município, tu se sente pertencente. Ah, por que que aqui tem determinado alimento que todo mundo fala? Faz parte da cultura, então tu se sente inserido nela, e pertencente ao município, e é isso que a gente quer resgatar. São as famílias, o costume, e ter essa ligação, esse elo, de que ninguém está excluído, nem esses imigrantes que estão vindo, que vem pra cá, que eles se sintam realmente acolhidos [...] (Rádio Marconi, 2023b).

Como podemos perceber pela exposição do projeto “Conhecer para Pertencer”,

uma proposta de educação patrimonial nunca é neutra. Ela envolve disputas de narrativas, memórias coletivas e culturais e o seu enquadramento, assim como a construção de identidades.

3. Uma identidade étnica para Urussanga?

A identidade italiana, em Urussanga, é reforçada e afirmada desde o final do século XX até os dias atuais, de acordo com Julia Massucheti Tomasi (2012). Segundo a autora, as festas étnicas, as ações do consulado, o qual oferece cursos de língua italiana, a gastronomia, a dupla cidadania adquirida pelos descendentes dos imigrantes, as músicas e as vestimentas típicas são ferramentas que rememoram essa identidade. Ainda, “[...] nas festas, através das apresentações musicais, danças, indumentárias apresentadas como típicas ou folclóricas e gastronomia da região, tenta-se representar os habitantes da cidade como italianos, mesmo que nascidos no Brasil [...]” (Tomasi, 2012, p. 46).

Conforme Stuart Hall (*apud* Silva, 2014), a identidade, ou identificação quando se busca enfatizar o processo de subjetivação e a política de exclusão associada a ela, é definida como:

[...] um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” - uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” de *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora - o exterior que a constitui. (Hall *apud* Silva, 2014, p. 106)

A construção da identidade ocorre mediante o reconhecimento do “outro”, que se apresenta como diferente. Podemos afirmar que “eu sou aquilo que o outro não é” e vice-versa, ou seja, a identidade se estabelece com base na diferença. Kathryn Woodward (*apud* Silva, 2014) afirma que a fabricação das identidades se dá por meio da marcação da diferença, que ocorre tanto pelo uso de sistemas simbólicos de representação quanto por mecanismos de exclusão social. É nesse sentido que a identidade é construída a partir da diferença.

É importante ressaltar, portanto, que a história é um elemento fundamental e agregador para o discurso de identidade. A fundação de uma cidade, as características do

povo e sua história compartilhada criam uma identidade, uma vez que se busca, no passado, uma série de elementos para configurá-la e fazer com que todos tenham um passado em comum e se sintam pertencentes a determinado espaço. De acordo com Bauman (2005, p. 17), “Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros [...] ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios’”. Assim,

A questão da identidade só surge com a exposição a “comunidades” da segunda categoria – e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por ideias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. É porque existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas “comunidades de indivíduos que acreditam” que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis. (Bauman, 2005, p. 17)

Essa comunidade, citada por Bauman, pode ser compreendida como uma comunidade de compartilhamento de elementos palpáveis, como podemos fazer referência no caso de Urussanga. Não é raro encontrar, nos *sites* de divulgação de informação, – a exemplo os sites da prefeitura, da câmara de vereadores do município e da Rádio Marconi –, expressões que falam das “raízes” da cidade sempre se referindo à cultura italiana. Consoante a isso, em maio de 2022, ao falar sobre o *Gemellaggio*, Jair Nandi (PSD), prefeito interino à época, disse que “A celebração é uma forma de manter as nossas raízes históricas, os nossos valores e costumes [...]” (Nesi, 2022). Também, José Carlos José (PP), vereador no ano de 2023, na reunião ordinária de 8 de agosto do mesmo ano, afirmou sobre a Festa do Vinho: “Não é apenas uma celebração do vinho, mas dos laços que nos ligam às nossas raízes e às nossas tradições.” (Amâncio, 2023). E, ainda, a Rádio Marconi trouxe em uma de suas manchetes: “Urussanga revive suas raízes italianas no 17º *Ritorno Alle Origini*” (Rádio Marconi, 2023a).

É fato que existe um grupo bastante significativo de descendentes de italianos. A realidade palpável para as pessoas se verem nessa identidade é o sobrenome que remete à essa descendência, uma vez que é a partir da identificação do sobrenome que os descendentes “descobrem” seu passado, suas “raízes” e, conseqüentemente podem desfrutar de benefícios adquiridos com o *Gemellaggio*. Essas festas étnicas reproduzem representações da italianidade junto ao discurso da imigração europeia, marcando a ideia de povo trabalhador, pioneiro e herói que desbravou as matas e trouxe o avanço e a civilização para Santa Catarina, criando e endossando, assim, uma memória coletiva.

Acerca disso, a memória coletiva, categoria criada por Maurice Halbwachs, é um elemento importante para entender a identidade de uma comunidade. Conforme Giuslane Francisca da Silva,

Halbwachs criou a categoria de “memória coletiva”, por intermédio da qual postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social. (Silva, 2016, p. 247)

Já Jan e Aleida Assmann desenvolveram, dentro do campo das ciências da cultura, uma outra perspectiva sobre a memória. Segundo Jan Assmann (2016), a memória é uma ferramenta que ajuda na construção da identidade pessoal e coletiva, e, por sua vez, a memória cultural é, também, uma expressão de memória coletiva, pois ambas comunicam a ideia de compartilhamento, transmitindo, de geração em geração, uma identidade coletiva e cultural.

A memória cultural é um tipo de instituição. Ela é exteriorizada, objetivada e armazenada em formas simbólicas que, diferentemente dos sons de palavras ou da visão de gestos, são estáveis e transcendentemente à situação: elas podem ser transferidas de uma situação a outra e transmitidas de uma geração a outra. (Assmann, J., 2016, p. 118)

Nossa memória só existe na interação constante com outras memórias humanas e com “coisas”, símbolos externos. Citando Aleida, Jan Assmann (2016) explica que o papel dos símbolos externos, nos grupos e sociedades, está se tornando cada vez mais relevante, uma vez que aqueles grupos que não “têm” uma memória, possuem uma tendência a “fazê-la” com o auxílio de monumentos, museus, arquivos, bibliotecas e outros espaços de memória, os transformando em lembrança. Isso, então, seria o que os autores chamam de memória cultural, conforme ficou evidente com o patrimônio cultural de Urussanga.

As pessoas expressam diferentes identidades de acordo com os vários ambientes em que estão inseridas e, igualmente, variadas são suas memórias. A memória tem uma relação estreita com a identidade, pois é ela que permite o conhecimento pessoal. Além disso, os laços afetivos intensificam as memórias, de forma que lembrar é pertencer, ou seja, uma pessoa precisa ter lembranças para que se sinta pertencente a determinado espaço (Assmann, J. 2016).

Essas memórias não se materializam naturalmente, elas passam por um processo que Pollak chamou de enquadramento da memória. Isso acontece quando falamos de uma memória coletiva/cultural em um espaço coletivo.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (Pollak, 1989, p. 10)

Um exemplo disso é o discurso da italianidade em Urussanga. Essa ação pode ser de uma instituição, pelo poder público ou pela comunidade, que criará enquadramentos diferentes para determinadas narrativas de memória. Assim, nascem ações simbólicas concretas, como a criação de museus e monumentos e do próprio patrimônio cultural.

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. [...] Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem [...]. (Pollak, 1989, p. 10-11)

O enquadramento da memória no município pode ser visto nos monumentos históricos, como os citados na introdução deste artigo, e, até mesmo, por meio da educação patrimonial proposta pelo projeto “Conhecer para Pertencer”, o qual seleciona uma determinada narrativa de memória sobre um determinado bem cultural.

4. Qual Educação Patrimonial para a cidade?

Conforme apresentado na introdução deste artigo, em 2022, foi criado o projeto “Conhecer para Pertencer”, que visa promover a educação patrimonial entre os estudantes da rede municipal de ensino, tendo como principal objetivo valorizar o patrimônio histórico-cultural de Urussanga (Urussanga, 2022). Dito isso, é de extrema necessidade que a Educação Patrimonial esteja presente nas grades curriculares do município e as ações educativas acerca do patrimônio cultural devem se iniciar a partir da realidade do aluno, levando em conta as raízes culturais do sujeito e da comunidade, a partir de questões do presente (Gonçalves, 2014).

Átila Tolentino (2016) afirma que o conceito de “educação patrimonial” surgiu na década de 1980 e, desde então, tem se transformado. A concepção de educação patrimonial adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no âmbito da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), é derivada de longos processos de debates e aprofundamentos teóricos, e aponta:

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Florêncio et al, 2014 *apud* Tolentino, p. 39-40)

De acordo com Átila Tolentino (2016), uma educação patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica e contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade. Segundo ele, deve-se conceber o patrimônio cultural como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos e, nas práticas educativas, a sua dimensão social, política e simbólica precisam ser levadas em conta.

Nessa concepção, percebe-se que a abordagem do patrimônio é uma construção social, devendo este, portanto, ser apropriado socialmente, uma vez que o patrimônio não é considerado dado, que existe por si só, antes mesmo do sujeito social. A educação patrimonial é concebida, também, a partir da noção de referências culturais, em que existe a participação efetiva dos detentores e produtores dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos inerentes.

Tolentino (2016) apresenta a educação patrimonial a partir do que ele denomina de “cinco falácias sobre seu conceito e sua prática”. A primeira delas traz a educação patrimonial como metodologia para alfabetização cultural. Essa, seria uma herança deixada pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (Iphan, 1999), que traz uma alfabetização cultural inspirada nas ideias de Paulo Freire, porém, sem uma reflexão no campo da educação patrimonial. O Guia considera a educação patrimonial como “transmissão de conhecimento”, percebendo o patrimônio cultural como dado (Tolentino, 2016). O autor ainda fala que “Ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro)” (Tolentino, 2016, p. 40-41).

A segunda diz que foi nos anos 1980 que houve o surgimento da educação patrimonial no Brasil. Segundo o autor, a educação patrimonial tem sua origem muito antes da existência do próprio termo, sendo possível perceber sua presença nas práticas museológicas desde o século XIX. Tenta-se estabelecer o ponto inicial da educação patrimonial nos anos 1980 devido ao 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, ocorrido em 1983, no Rio de Janeiro, quando a expressão foi introduzida no Brasil e, ainda, em paralelo, acontecia o projeto Interação, o qual não tinha muita visibilidade, embora tivesse sido pioneiro nas concepções e práticas. O projeto pretendia debater as relações entre cultura e educação, que eram muito frequentemente vistas distanciadas (Tolentino, 2016).

A terceira falácia aponta que educação patrimonial é uma forma de conscientização da população, para que assim o patrimônio cultural seja preservado. A afirmação de que é necessário iluminar o outro com conhecimento se configura como uma violência simbólica. No processo de seleção dos patrimônios, inclina-se para a manutenção da hegemonia de determinados grupos sociais dominantes, considerados detentores de um capital simbólico superior (Tolentino, 2016). Nessa perspectiva,

[...] não se concebe que índios e negros possam ter idealizado ou mesmo arquitetado artisticamente os monumentos edificadas, pois supostamente há uma oposição entre a intelectualidade e a criatividade civilizatória versus o suor e o trabalho braçal indígena e africano nesses bens de pedra e cal (TOLENTINO, 2016, p. 42).

Ou seja, as relações de poder determinam o que deve ser apresentado ou não. Essa concepção de educação patrimonial entende a educação como propagadora de conhecimento e as comunidades como “público-alvo” (Tolentino, 2016).

A quarta afirma que a educação patrimonial se destina somente aos patrimônios culturais que estão sob a tutela do Estado. Segundo Tolentino (2016), é muito comum que os projetos educacionais no campo do patrimônio se voltem apenas para os bens culturais tutelados e consagrados pelo Estado. Nessas ações, os alunos visitam o centro histórico da cidade, sem uma reflexão sobre suas referências culturais, sobre o lugar onde moram ou sobre os arredores da escola. O autor, ainda, afirma que

Atuar com educação patrimonial é, sobretudo, fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de uma forma passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p. 44).

Portanto a educação patrimonial deve valorizar a diversidade cultural, estimulando o conhecimento das referências culturais e identitárias das comunidades. Desse modo, contribuindo para que os estudantes tenham tolerância e admiração pela cultura dos diversos povos e grupos sociais (Tolentino, 2016).

E, por fim, a quinta falácia prega que, para que a preservação aconteça, é necessário conhecer. Contudo é fato que conhecer não é suficiente para preservar os bens culturais. Um grande exemplo disso são as pichações em meio às cidades e centros históricos, uma vez que, certamente, os autores dessas intervenções conheciam os monumentos. Logo, para que a preservação ocorra, é necessário que haja uma reflexão crítica acerca dos bens patrimonializados, para que, assim, aconteça a transformação da realidade (Tolentino, 2016). Ainda segundo Tolentino (2016, p. 47)

O patrimônio cultural, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado a priori, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural. Além disso, nas práticas educativas que se pretendem dialógicas e democráticas, o patrimônio cultural concebido como um elemento social implica reconhecer o jogo de forças existentes no seu processo seletivo e até mesmo de sua apropriação, em que estão imbricados os conflitos e as divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento.

Dessa forma, a educação patrimonial deve ser abordada não como disseminadora de um acervo patrimonial já dado, mas como um instrumento de reflexão acerca de sua construção. Janice Gonçalves desenvolve quatro proposições para o desenvolvimento de ações educativas. A primeira delas explicita:

Entendo, assim, primordial, em ações educativas que tematizam o patrimônio cultural, buscar conhecer o próprio campo, compreendendo sua “maquinaria” [...]. O patrimônio cultural é derivado da combinação de agentes e ações, de escolhas individuais e decisões coletivas, de procedimentos, recomendações e normas, de circunstâncias históricas: não pode simplesmente ser assumido como um dado natural, e as ações educativas que o tomam como objeto restringem seu potencial quando não explicitam seus condicionantes históricos. *Desnaturalizar o patrimônio cultural, refletindo sobre o campo que o produz* [...] (Gonçalves, 2014, p. 91)

Nesse sentido, o patrimônio cultural é historicamente construído. Conseqüentemente, o acervo resultante das ações patrimonializadoras também é. Entretanto, para ser considerado patrimônio, os processos que o envolve foram realizados por agências e/ou agentes responsáveis por isso. Essas interpretações surgiram de processos sociais de

produção de memória, de representações sobre o passado construídas no presente, determinando o que deveria ser preservado e considerado patrimônio. Além disso, envolveram atribuição de valores artístico-estéticas, históricos/cognitivos, afetivos e de usos. Esses valores estão em constante transformação e, por isso, é preciso que sejam atribuídos continuamente, pois somente a patrimonialização não é suficiente (Gonçalves, 2014).

Em sua segunda proposição, Janice expõe que é necessário dessacralizar o acervo patrimonial, de forma a problematizar os processos, tanto sociais quanto históricos, que o conceberam. Segundo ela, “Às ações de educação patrimonial caberia o papel de realizar cognitivamente a operação de desconstrução da patrimonialização, revelando os processos sociais e históricos que a geraram; dessacralizar o sagrado, não para promover a destruição dos ídolos, mas para desvelar sua profunda humanidade.” (Gonçalves, 2014, p. 92). Assim, mantendo estreita relação com a primeira proposição.

Sua terceira proposição fala em duvidar das perspectivas de processo educativo que colocam os educadores como esclarecidos e os educandos como não esclarecidos. Conforme Gonçalves (2014, p.92),

Se as práticas educativas devem favorecer o exercício da dúvida e preparar para a autonomia, há que promover indagações constantes acerca dos valores atribuídos e atribuíveis ao acervo patrimonial, no presente e no passado, para diferentes sujeitos e grupos. Os significados e os valores talvez não permaneçam, o que não impede que surjam novos que, inclusive, venham a contribuir para sustentar a preservação.

A quarta e última proposição se refere à valorização das diversas esferas que trabalham com o patrimônio cultural, as quais produzem e divulgam diferentes saberes e pontos de vista, a fim de buscar entender individualidades.

As diversas instâncias que se incumbem das questões do patrimônio cultural [...] produzem, sobretudo através de seu corpo técnico, saberes acerca do patrimônio [...].O campo do patrimônio cultural é caracterizado pela convergência de diferentes áreas disciplinares e profissionais que, frequentemente, em função de suas diferentes formações, divergem quanto a encaminhamentos. [...] Ao serem promovidas ações educativas voltadas para o patrimônio cultural, caberia uma aproximação em relação às singularidades desses saberes e das formas como operam no campo patrimonial, nem sempre de forma harmoniosa ou consensual. [...] caberia estar atento às singularidades desse campo, multidisciplinar por excelência, respeitando e buscando compreender as variadas contribuições dos diversos profissionais que nele atuam. (Gonçalves, 2014, p. 92-93)

De forma geral, Átila Tolentino (2016) e Janice Gonçalves (2014) convergem em alguns pontos. Os autores concordam que o patrimônio cultural não é dado, mas historicamente construído e sujeito a transformações e diferentes interpretações ao longo do

tempo. Ambos, ainda, falam da importância de questionar a concepção de um patrimônio valioso e imutável, promovendo a dúvida e a autonomia nos processos educativos no campo do patrimônio. Além disso, destacam a importância da valorização da diversidade cultural nos projetos de educação patrimonial.

Portanto, é possível perceber que, a partir das discussões do que é o patrimônio cultural à luz das reflexões contemporâneas acerca deste tema, o projeto proposto em Urussanga vai na contramão das proposições de Átila Tolentino e Janice Gonçalves. No projeto analisado, os patrimônios são sacralizados, sendo possível perceber isso nas falas dos alunos nos *podcasts*, uma vez que as ações educativas propostas não problematizam os bens patrimonializados, mas apenas mostram o patrimônio concebido como natural, dado. Logo, as narrativas produzidas trazem um tom de transmissão de conhecimento, de modo que buscam conscientizar a comunidade para a preservação desses bens.

Com base nessas discussões, podemos afirmar que a Educação Patrimonial disseminada pelo projeto “Conhecer para Pertencer” parte de uma concepção, conforme Gonçalves (2014), em que as ações educativas são associadas à necessidade estrita de preservação e defesa do patrimônio cultural, buscando obter interesse e respeito da população da cidade pelos bens patrimoniais. Desse modo, apesar da importância de um projeto em educação patrimonial, a proposta aqui estudada ainda está distante de se fazer inclusiva à diversidade da população que compõe Urussanga, uma vez que pensamos o patrimônio como aquele que pode ser instrumento na construção da cidadania.

5. Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi a análise do projeto “Conhecer para Pertencer”, proposto pela Lei nº 3.044 de 27 de junho de 2022. Essa lei tem por finalidade promover a conscientização sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade de Urussanga, privilegiando uma ideia de “educação patrimonial”.

De forma geral, podemos perceber a importância de um projeto como esse no campo do patrimônio em uma cidade como Urussanga, proposto pelo poder público e realizado no âmbito da educação básica. Além disso, é válido ressaltar que se trata de um projeto que tem repercussão em nível regional, sendo possível verificar isso por meio da publicização dos seus resultados na mídia, fazendo com que uma história sobre a cidade se torne pública.

O projeto é coordenado pelos professores de língua portuguesa, os quais justificam a importância dele dando ênfase no aprendizado que os alunos têm sobre os conteúdos relativos ao gênero textual, que se materializa na produção do *podcast*. A partir disso, os docentes acreditam desenvolver a escrita e a oratória.

Um primeiro aspecto a destacar é a ausência de um trabalho interdisciplinar, que possibilitaria, a nosso ver, um olhar mais amplo acerca do patrimônio da cidade. Ainda de forma específica, chamou-nos atenção o fato de os professores de história e historiadores não configurarem parte fundamental no projeto, desde sua concepção até sua execução. Podemos citar três questões que endossam esse argumento: a) é parte da formação do professor de história os debates em torno da memória, história e identidades; b) está presente, no currículo da educação básica, o trato desses temas pelo professor de história; c) existe uma legislação, que ao regulamentar a profissão de historiador, atribui a esse profissional:

- I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura;
- II - organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;
- III - planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;
- IV - assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;
- V - assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;
- VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos (Brasil, 2020).

Assim sendo, no que diz respeito aos itens III e VI, as pesquisas históricas e a elaboração de projetos de temas históricos, como, por exemplo, o patrimônio cultural, é de responsabilidade do professor de história/historiador.

Também, pudemos perceber que o patrimônio cultural é, na maioria das vezes, mencionado utilizando a expressão “patrimônio histórico”. Entretanto, muito embora haja um entendimento comum acerca desses dois conceitos, é importante ressaltar que a partir da Constituição Federal de 1988, o sentido de patrimônio é ampliado, de forma que se torna muito mais recorrente o uso do termo patrimônio cultural. Nesse documento, estabelece-se:

- Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
- I - as formas de expressão;

- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

No projeto “Conhecer para Pertencer” fica evidente que a ideia de patrimônio é sempre algo que está no passado e aparece de forma idealizada. O valor dos bens culturais estão pautados no valor de antiguidade descrito no decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, o qual expressa, em seu Artigo 1º:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).

Nesse sentido, não apenas a ideia de patrimônio está no passado e apresenta um valor pautado na antiguidade, mas percebemos que a forma como o passado é vista e valorada não permite perceber o patrimônio cultural como algo dinâmico. Além disso, são muitos os passados a serem selecionados para comporem um presente, um projeto.

Como aponta Bibiana Werle (2018), quando se escolhe um bem a ser patrimonializado, se escolhe, também, uma memória que acompanha esse bem. Em sua tese de doutorado, Werle discorre sobre o município de Estrela (RS), de imigração alemã, afirmando que

O passado referente ao período da Campanha de Nacionalização em Estrela é compreendido como traumático em função tanto das lembranças narradas no presente sobre aquele processo e que, como esta tese pretende evidenciar, não são objeto de debate público, como também da negligência e desinteresse político do poder público municipal em salvaguardar aquela memória [...] (Werle, 2018, p. 36).

Ao selecionar as memórias dos imigrantes e seu patrimônio, alguns passados foram apagados no projeto de Urussanga. Porque não incluir, também, nessa narrativa, as memórias traumáticas dos italianos que passaram pelo processo de nacionalização, por exemplo?

Ainda, a justificativa de que os bens são patrimonializados por serem importantes para a sociedade pode ser problematizada: De que sociedade o projeto está fazendo referência? Quais os atores sociais que participam diretamente da eleição dos bens culturais a serem patrimonializados?

O projeto “Conhecer para Pertencer” reforça identidades étnicas já consagradas pelo Iphan e problematizadas por alguns autores, como, por exemplo, Daniela Pistorello, que ao analisar o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, afirma que o projeto escolhe o patrimônio do imigrante europeu e o elege como representante do patrimônio cultural da imigração no Brasil. Assim, “Ao privilegiar esta escolha, o órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural do imigrante no Brasil, minimiza a importância do patrimônio cultural de outros grupos étnicos que migraram para o Brasil, bem como a diversidade do seu patrimônio.” (Pistorello, 2015, p. 171).

Ao reforçar uma identidade eleita, o projeto apaga outras, como as referentes aos povos originários, os quais são presenças ausentes. Isso ocorre com o nome da própria cidade, Urussanga, de origem tupi-guarani, que tem o sentido de “rio de água fria” ou a junção de uru (pássaro) e çanga (banhado), significando, então, “pássaro no banhado”. Outrossim, o nome de bairros que fazem referência a esses mesmos povos são invisibilizados, tal como Rancho dos Bugres. Mais do que isso, leva ao esquecimento os diversos migrantes, que, ao se fixarem no território, fazem parte e constroem a cidade no seu cotidiano. Há muita dificuldade em perceber o patrimônio cultural na Urussanga contemporânea, a qual, ao contrário do que reforça o projeto, é diversa, como todas as cidades são.

Além disso, a memória tem uma relação estreita com a identidade, pois é esta que permite o conhecimento pessoal, por meio dos laços afetivos que intensificam as memórias, de forma que lembrar é pertencer, ou seja, uma pessoa precisa ter lembranças para que se sinta pertencente a determinado espaço (Assmann, J. 2016). Portanto, cai por terra o epíteto “conhecer para pertencer”. Primeiro, porque o pertencimento não acontece de forma automática a partir do conhecimento; segundo, pois o projeto tenta criar memórias para, assim, fazer com que os alunos que não são da cidade se sintam pertencentes a ela, o que não acontece, pois os migrantes não possuem lembranças relacionadas àquele espaço.

O patrimônio cultural pode ser um instrumento para construir cidadania, uma vez que tem impacto na construção da identidade, no sentimento de pertencimento e na consciência histórica de uma comunidade. Porém, nem sempre o patrimônio é utilizado com esse fim. Como observado, existe uma apropriação seletiva de bens, que são utilizados para enaltecer alguns grupos e excluir os demais. Ainda, a preservação excessiva de tradições dificulta a percepção das mudanças sociais, que são necessárias para o desenvolvimento de uma cidadania mais inclusiva e que valorize a diversidade.

Por fim, o estudo aqui apresentado não é decisivo. As reflexões oriundas da análise do projeto permitiram reabrir passados e recolocar muitas outras questões, que vão

além dessa escrita. Nesse sentido, esperamos que este trabalho tenha gerado reflexões sobre o campo do patrimônio e, a partir disso, provocado novos problemas.

6. Referências

ATAS E LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Senado Federal. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=4&data=18/08/2020>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA/SC. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA/SC. **Ata da 16ª Sessão Ordinária de 2022 realizada no dia 24 de maio de 2022a**. Disponível em: https://www.camaraurussanga.sc.gov.br/atas/sessao_ordinaria/2022/2/0/883. Acesso em: 18 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA/SC. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA/SC. **Ata da 18ª Sessão Ordinária de 2022 realizada no dia 07 de junho de 2022b**. Disponível em: https://www.camaraurussanga.sc.gov.br/atas/sessao_ordinaria/2022/2/0/885. Acesso em: 18 ago. 2023.

URUSSANGA. Lei nº 1.279, de 16 de maio de 1991. Institui a semana da Língua Italiana e dá outras providências. **Leis Municipais**. Urussanga, 16 de maio de 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/u/urussanga/lei-ordinaria/1991/127/1279/lei-ordinaria-n-1279-1991-institue-a-semana-da-lingua-italiana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 18 ago. 2023.

URUSSANGA. Lei nº 2.996, de 20 de setembro de 2021. Dispõe sobre o Turismo Cultural Histórico nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências. **Câmara Municipal de Urussanga**. Urussanga, 20 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.camaraurussanga.sc.gov.br/softcam/proposicao_print_pdf.php?item=3982&assin

atura=0. Acesso em: 18 ago. 2023.

URUSSANGA. Lei nº 3.044, de 27 de junho de 2022. Dispõe sobre a criação do Projeto “Conhecer Para Pertencer” nas escolas da Rede Pública Municipal e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina**. Urussanga, 27 de junho de 2022.

Disponível em:

https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/06/1656330761_lei_n_3.044_cria_projeto_conhecer_para_pertencer_extrato.pdf Acesso em: 24 out. 2022.

ESTUDOS: LIVROS, ARTIGOS, TRABALHOS EM ANAIS, DISSERTAÇÕES, TESES

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115-128, jan./jun. 2016. Disponível em:

<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **MOUSEION**, Canoas, n. 19, p. 83-97, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PISTORELLO, Daniela. **"O Brasil da diversidade?"**: Patrimônio e paisagem cultural no projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Orientadora: Profa. Dra. Cristina Meneghello. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Giuslane Francisca da. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 133 p.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. (Caderno Temático nr 05). João Pessoa: Iphan-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 38-48. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

TOMASI, Julia Massucheti. Ritornando alle origini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 20, p. 33-52, 2012.

WERLE, Bibiana. **Com quantos passados se faz um presente?:** Por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS) / 1926-2018. Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Monumento ao Centenário de Urussanga. Disponível em:
<https://turismo.urussanga.sc.gov.br/o-que-fazer/item/monumento-ao-centenario-de-urussanga>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Monumento ao Imigrante. Disponível em:
<https://turismo.urussanga.sc.gov.br/o-que-fazer/item/monumento-ao-imigrante2>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Praça Longarone. Disponível em:
<https://turismo.urussanga.sc.gov.br/o-que-fazer/item/praca-longarone>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Urussanga – Casarão da Família Nichele. Disponível em:
<http://www.ipatrimonio.org/urussanga-imovel-a-av-presidente-vargas-no-7/#!/map=38329&loc=-28.521522999999988,-49.32079399999999,17>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MÍDIA

AMÂNCIO, Renan Medeiros. Festa do Vinho, sindicâncias e contexto político pautam vereadores na Câmara de Urussanga. **Câmara Municipal de Urussanga/SC**, Urussanga, 9 ago. 2023. Disponível em:
<https://www.camaraurussanga.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/1/0/4896>. Acesso em: 12 set. 2023.

NESI, Ana Paula. Urussanga comemora 30 anos de Gemellaggio com ações voltadas ao desenvolvimento e resgate cultural. **Prefeitura de Urussanga**, Urussanga, 2 mai. 2022. Disponível em:
<https://www.urussanga.sc.gov.br/urussanga-comemora-30-anos-de-gemellaggio-com-aco-es-voltadas-ao-desenvolvimento-e-resgate-cultural/>. Acesso em: 12 set. 2023.

NOWAUSCKI, Altamar. XIV Festa Ritorno Alle Origini: A consagração da cultura, da gastronomia, da dança, do povo, do vinho e das tradições italianas. **Vanguarda**, Urussanga, n. 539, p. 20-21, 29 maio 2015. Disponível em: <https://issuu.com/jvanguarda/docs/site2>. Acesso em: 14 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Gemellaggio: comemorações iniciam nesta quinta-feira em Urussanga. **Rádio Marconi**, Urussanga, 18 mai. 2022a. Disponível em:
<https://radiomarconi.net/gemellaggio-comemoracoes-iniciam-nesta-quinta-feira-em-urussanga/>. Acesso em: 11 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Rosalino De Nez realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 23 mai. 2022b. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-rosalino-de-nez-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Lydio de Brida realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 24 mai. 2022c. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Rosalino De Nez realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 25 mai. 2022d. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-rosalino-de-nez-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio-2/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Lydio de Brida realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 27 mai. 2022e. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio-2/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Lydio de Brida realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 30 mai. 2022f. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio-3/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Lydio de Brida realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 31 mai. 2022g. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio-4/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: Alunos da Escola Lydio de Brida realizam programa em alusão ao Gemellaggio. **Rádio Marconi**, Urussanga, 01 jun. 2022h. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-ao-gemellaggio-5/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Urussanga revive suas raízes italianas no 17º Ritorno Alle Origini. **Rádio Marconi**, Urussanga, 8 mai. 2023a. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/urussanga-revive-suas-raizes-italianas-no-17o-ritorno-alle-origini/>. Acesso em: 12 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Abertura do projeto “Conhecer para Pertencer” acontece nesta terça com palestras, em Urussanga. **Rádio Marconi**, Urussanga, 17 abr. 2023b. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/abertura-do-projeto-conhecer-para-pertencer-acontece-nesta-terca-com-palestras-em-urussanga/>. Acesso em: 11 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: alunos da Escola Lydio De Brida realizam

programa em alusão a imigração italiana. **Rádio Marconi**, Urussanga, 18 mai. 2023c.

Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-a-imigracao-italiana/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: alunos da Escola Vereador Rosalino de Nez realizam programa em alusão a imigração italiana. **Rádio Marconi**, Urussanga, 19 mai. 2023d. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-vereador-rosalino-de-nez-realizam-programa-em-alusao-a-imigracao-italiana/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: alunos da Escola Lydio De Brida realizam programa em alusão a imigração italiana. **Rádio Marconi**, Urussanga, 22 mai. 2023e.

Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-a-imigracao-italiana-2/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: alunos da Escola Lydio De Brida realizam programa em alusão a imigração italiana. **Rádio Marconi**, Urussanga, 23 mai. 2023f.

Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-a-imigracao-italiana-3/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: alunos da Escola Vereador Rosalino de Nez realizam programa em alusão a imigração italiana. **Rádio Marconi**, Urussanga, 24 mai. 2023g. Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-vereador-rosalino-de-nez-realizam-programa-em-alusao-a-imigracao-italiana-2/>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÁDIO MARCONI. Conhecer para Pertencer: alunos da Escola Lydio De Brida realizam programa em alusão a imigração italiana. **Rádio Marconi**, Urussanga, 25 mai. 2023h.

Disponível em:

<https://radiomarconi.net/conhecer-para-pertencer-alunos-da-escola-lydio-de-brida-realizam-programa-em-alusao-a-imigracao-italiana-4/>. Acesso em: 07 set. 2023.